

Engendrando poderes em tempos neoliberais: Feminismos e feminismos, reflexões a esquerda¹

*Mary Garcia Castro**

Resumo. O ensaio propõe uma reflexão sobre questões contemporâneas do feminismo latino-americano: sua institucionalização, ênfase na ocupação de espaços de poder formal no sistema de decisão do governo e acerto liberal no que se refere a direitos específicos. Considera que esses são temas pertinentes, tal como a ampliação do modelo de organizações não-governamentais pelos direitos das mulheres. Critica o fato do feminismo limitar-se a tais orientações, esquecendo-se de sua origem libertária, de movimento social de pressão e de crítica social por novas relações e novas formas de ser homem e de ser mulher. Critica também o essencialismo e a dependência às orientações das agências financeiras internacionais, bem como alianças, em alguns casos, e, em outros, de adesão à crítica às orientações neoliberais, ressaltando o “estar no poder”, sem refletir sobre o momento das sociedades de classe no continente e a terrível situação material de muitas mulheres e homens.

Apresentação

Em forma de quebra-cabeça, combino observações neste texto-ensaio e, indiretamente, retomo um velho tema que, mesmo se com roupagem moderna, tem sabor de pão dormido: a positiva diversidade de posturas feministas e o preocupante esmaecimento das diferenças entre posturas de feminismos, como, hoje, os ditos “autônomos” ou “radicais” — cada vez menos autônomos e menos radicais, considerando a dependência das organizações não-governamentais — ONGs —, ou a inclusão no governo de recursos de agências internacionais, parcerias com governos, competição entre mulheres e organizações feministas por fundos, e a acomodação à linguagem ge-

* Mary Garcia Castro é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia.

nérica — não de “gênero”, mas como “princípios gerais” — dos documentos das conferências da ONU.

A ambigüidade do perfil estende-se também ao que era anteriormente referido como feminismo “socialista” ou emancipacionista, e hoje como “orientação classista”, e que se moveria, entre o micro e o macro, por corpos múltiplos, como os das mulheres, na crítica a repressões com corte de gênero, e da sociedade, na crítica ao capitalismo. Esse também estaria cada vez mais tímido e restrito à luta por direitos, pela igualdade e por apoio à resistência das mulheres e dos homens, dos trabalhadores pobres de setores populares, de suas representações, contra os efeitos do capitalismo em sua fase global e neoliberal — particularmente ao se considerar o desemprego e as violências várias.

Não pretendo propriamente propor um “ajuizamento” de posturas políticas. Este não é um texto acusatório, nem um receituário para saídas. É um compartilhamento de preocupações. Em princípio, no presente, é importante e necessário, por barbáries plurais, considerar o papel dos vários tipos de feminismo, dos investimentos em serviços a grupos específicos, das leis por igualdade, das “ações afirmativas”, das tentativas de implementação das plataformas de ação das Conferências da ONU — do ciclo 1980-1990 — como a do Cairo, sobre população, e a de Beijing, sobre mulher.

Move esse texto-ensaio um certo desconforto em relação à falta de investimento do movimento em outras posturas, nas promessas do feminismo como ideário libertário, na utopia de outros mundos, na perspectiva que se orientaria não somente por defesas de identidade, diferenças, mas também em “des-identificações” (Buttler, 1993) e em favor do socialismo, ainda que redesenhado por concepção de uma classe na raça, no gênero, no reconhecimento de diversas opções sexuais, ou seja, humanista e libertário, na perspectiva de engendramento do vir a ser. Fica ainda um certo desconforto com relação à nossa pouca eficácia também no plano da defesa de políticas públicas e de ações de intervenção aqui e agora, contra a deterioração das condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Estaríamos tímidas, as feministas classistas, tanto no plano da defesa das identidades como no lançar-se por des-identificações e engendramentos.

De outro texto, as seguintes peças se encaixam nesse quebra-cabeças, ao definir termos tais como des-identificação e engendramento.

Segundo Butler,

Embora o discurso político que mobiliza categorias identitárias tenda a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ser que a insistência em des-identificações seja igualmente crucial

para a rearticulação da contestação democrática. De fato, pode ser precisamente através de práticas que sublinhem des-identificação em relação às normas regulatórias pelas quais a diferença sexual é materializada que tanto políticas feministas e *queer* são mobilizadas. Tais des-identificações coletivas podem facilitar a reconceitualização de que corpos estão em questão, e que corpos ainda estão para emergir como corpos críticos (Butler, 1993: 4).

Lauretis (1994), autora feminista que lida com imagética, gênero e cinema, insinua a perspectiva de lugares en-gendrados, criticando a acomodação conceitual de correntes feministas que, ancorando-se no conceito de gênero como construção social, perdem o olhar sobre a dinâmica, fixando-se em representações, e omitem a nomeação de poderes múltiplos, enfatizando as diferenças sexuais, tendo o homem — um universal — como parâmetro e que, no discurso sobre sexualidade, não questionariam o contrato heterossexual. Segundo sua proposta, de um potencial epistemológico radical, o sujeito no feminismo, seria um vir a se constituir, engendrando-se:

[...] um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual... um sujeito engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido (Lauretis, 1994: 208).

Se os ideários de Butler e de Lauretis podem vir a ser desautorizados pela decodificação fácil de que se alinhariam ao discurso pós-estruturalista, já recorrendo a Eagleton (1995) — autor que se aproxima do debate da pós-modernidade, sem descartar o marxismo, mas revisitando-o — encontra-se o mesmo acento na potencialidade transgressora de materialidades impostas, na estética que funde necessidade, desejo e prazer, e que não necessariamente circunscrever-se-ia em localismos e em fragmentações, margens consideradas inevitáveis ao pensar que recusa totalizações desenhadas *a priori*. Segundo Eagleton, para uma política radical haveria que

[...] recusar o que Raymond Williams denominava “particularismo militante” — daqueles correntemente categorizados como o “outro” — mulheres, estrangeiros, homossexuais [acrescentaria, os negros, as negras] — que se contentariam em simplesmente demandar o reconhecimento para o que são. Mas o que é “ser” uma mulher, um homossexual, um natural da Irlanda? De fato, é importante reconhecer que grupos na exclusão desenvolvem certo estilo, valores, experiências de vida que sugerem uma forma de crítica política e que demandariam direito à livre expressão; contudo, uma questão políti-

ca radical estaria na demanda pelo igual direito ao de outros na descoberta do vir a ser, e não no de simplesmente assumir alguma identidade pré-moldada, cuja única particularidade estaria no de ser reprimida. Todas as identidades de contestação são em parte função da opressão, como também resistência àquela opressão, o que impede que simplesmente se deixe de ser o que é. O privilégio dos opressores é seu privilégio de decidir sobre o que eles serão. É tal direito que os oprimidos deveriam demandar (Bianco e Castro, 1997).

É necessário que se invista mais na modelagem de posturas radicais, na prática teórica, e o debate de posições é a instância para uma tal modelagem, em especial de quem, como eu, teima em ser de esquerda e que, com todo fascínio por modernidades e pós-modernidades, ainda alinha-se à postura do poeta comunista espanhol do *Hilo rojo*, Gabriel Celaya (1977) para quem haveria que *tomar partido hasta mancharse*.

Proponho, a seguir, reflexões que transitam, por blocos temáticos diversos, pela angústia da insistência em uma leitura a esquerda dos tempos atuais, no engendramento da classe e nos desafios para o feminismo não atraído por institucionalizações — metamorfose que implica na passagem de contrapoder para um quase-poder-auxiliar — insistindo no perfil de militância e de movimento social, o que implica em afastar o feminismo do estatuto de representação, para ser, em si, mobilização.

Sobre a angústia de insistir em uma reflexão a esquerda

Ser de esquerda é orientação que se complica pela descentralização das bússolas em relação a nortes próximos, mas que se sustenta tanto pela negação do imediatamente vivido, como pela afirmação de um norte distante, da utopia recriada por uma ordem pós-capitalista.

O “mal estar sobre a cultura”, expressão freudiana para caracterizar um certo desencanto com a chegada do século XX, ou “o sentimento de desânimo que é uma parte tão importante de nossa estrutura mental contemporânea” (Heilbroner, 1993: 110) não é apanágio da esquerda, e alimenta-se das mais variadas barbáries, não só a expressão de Heilbroner da “mixórdia russa, onde esquerda e direita parecem ter trocado de lugar”, mas é também cultuado nos velórios banhados no choro pela morte enunciada, do fim da história e do fim da luta de classes, velórios comumente sem corpo presente, ou desatento às metamorfoses do morto-vivo. Se, além das relações capital e trabalho nas unidades de produção, além da realização de um tipo específico de capitalismo, sua modelagem pós-fordista reorientar o olhar para a qualidade de vida dos trabalhadores, para o padrão de consumo de

símbolos e imagens, é de se observar que a maioria ainda está em níveis de relações de trabalho consideradas “informais”; transitar pela cultura, por relações de poder e de exclusões múltiplas. Multiplicam-se também sítios, relações sociais, culturais que politicamente potencializam tanto fragmentações como diversificação dos conflitos. As propostas mais radicais de movimentos como o feminismo radical e emancipacionista e os referidos à raça-etnicidade combinam crítica e linguagem que rejeitam a lógica do mercado, em favor de valores ético-estéticos.

Ao questionar o paradigma de progresso, que, desde o final do século XIX, animaria o pensamento da esquerda equacionando o movimento de realização econômica, de racionalidade do planejamento, Heilbroner observa que

enquanto os argumentos contra o capitalismo enfatizavam os males que ele provoca com seus fracassos enquanto sistema econômico, os argumentos em favor do socialismo também se apoiavam na liberação e na realização pessoal que o socialismo ofereceria enquanto sistema econômico. Colocando de maneira diferente, existe muito pouca retórica de política ou de cultura nas literaturas anticapitalista e pró-socialista. A discussão é conduzida no vocabulário da economia (Heilbroner, 1993: 109).

A questão é que, quer passando pela prática teórica, quer vivenciando a prática prosaica da rotina da sobrevivência, quer insistindo na saída gregária de filiar-se a tribos contestatárias — um partido, um sindicato, um movimento social — ser de esquerda, hoje, é assumir o desafio da esfinge, com olhos no próximo milênio e o pé no cotidiano: — decifra-me ou te devoro. Mudando as formas de andar, sugeriu a esfinge, continua-se humano.

Ser de esquerda, hoje, é antes de tudo precatar-se sobre o jogo de horizontes de tempo, pois não só o ritmo da modernidade mudou, acelerando-se, parecendo mais câmara móvel do que imagens pré-datadas. Ser de esquerda, hoje, é cumprir o ritual do luto, relembrar criticamente o passado, assumindo tanto negações como saudosismo, datando experiências cada vez mais a serem construídas no jogo de identidades e alteridades, plurais, porém unificadas na negação a poderes.

Cumprido o luto, ou melhor, convivendo com o luto, de branco, é preciso dar a volta por cima, rodar a baiana, o que remete a mitos fundantes da identidade brasileira em sua vertente portuguesa, pois “navegar é preciso”, sugerindo que, para uma nova era, faz-se necessário um novo conhecimento, descentralizado de posições fixas, desencaixado, diria Guiddens (1990), referindo-se à necessidade de desvendar nexos entre o global e o local, consciente tanto dos limites do Estado nação — pelos poderes dos novos

agentes econômicos em comando, as empresas transnacionais —, como da retomada do paroquial, na obsessão por identidades particularizadas, nacionais e religiosas — identidades que, provisoriamente, denomino autocontidas, para diferenciar de outro impulso à afirmação ou à crítica de identidades que, a meu juízo, é uma das potencialidades ou das possibilidades positivas nessa virada do século, ou seja, das identidades coletivas, “deserializadas” (Guattari, 1990), móveis. Identidades ou não identidades que se pautam no reconhecimento da alteridade e são impulsionadas na solidariedade, na negação da crueldade, na mobilização ética, além das identidades alimentadas na obsessão narcísea ou das particularidades essencializadas, “umbigu(o)izadas”, como as de algumas correntes dos novos movimentos sociais, em sua versão institucionalizada.

Dar a volta, a esquerda, e por cima, hoje, é antes de tudo um desafio à criatividade, uma criatividade que passa pelo colorir e por sexualizar a classe em sua vertente africana, pois, para os povos dos Orixás e para os indígenas da América Latina, isso de “fim da história” só pode ser coisa de branco, de colonizador.

A conquista da territorialidade identitária da negritude, dos movimentos de composição indígena — como a dos zapatistas, no México — indicam que a luta continua e alimenta-se na ancestralidade, sem congelar-se na tradição.

Luz (1993: 204-205) sugere esse re-encaixar de tempos históricos ao indicar que, para os negros, a identidade coletiva é um processo, uma conquista que se desdobra em uma luta pelo direito de ser, de existir no ponto histórico originário da formação de nossa nacionalidade. Essa luta, hoje, sem dúvida, é a projeção de um passado constituído pela ancestralidade negra, atualizada no presente, lançada no futuro.

Onde, nesse reencaixar, seria deixada de lado a história, ou separada a identidade por etnicidade, por nacionalidade, por classe, gênero e outras? Claro que nas negociações dessas identidades, nenhuma delas — classe, etnicidade, ou gênero, por exemplo —, se conserva como tal. Por outro lado, o que enfatizo em outros textos (Castro, 1993) em relação ao conceito de relações alquímicas, nas negociações de identidades, é que o processo é sofrido e não há propriamente somas. Há, a depender das circunstâncias, das correlações de poderes, identificações, divisões e multiplicações com produtos diferenciados, referenciados, se de esquerda se trata, projetos de emancipação. Projetos que transcendem a identidade, lugar de fala, de luta, referenciados ao humano, na classe.

Feminismos e feminismos no engendramento de poderes

Implícitas a tal mosaico temático de uma leitura a esquerda do feminismo, algumas premissas que rapidamente enuncio, mas consciente de que cada uma delas demandaria uma reflexão em si:

1. A concepção de que há simbioses mas não fusão homogeneizadora entre os termos mulher, gênero e feminismo, e que cada um deles tem estatuto próprio válido em uma perspectiva que pretende um olhar de classe e um olhar que singularize tanto interesses de mulheres, respeitados em sua diversidade pela raça, pela etnia, pela preferência sexual e por outras identidades, como o questionamento de relações sociais entre os sexos, sistema de gênero.

2. Se avançamos com o conceito de gênero, pode-se correr o risco de se recorrer a tal conceito de forma estática, no plano de posições ou relações sociais pré-codificadas. Assustam-me os manuais sobre perspectiva de gênero, prática comum em agências internacionais e algumas organizações não-governamentais. Poda-se a descoberta, a re-invenção no caminho, a dialética de um processo que em diferentes culturas adquire significados, não necessariamente unívocos. Nessa linha, a reflexão de que os programas por igualdade de oportunidades, por cotas no poder, por leis de proteção às mulheres, por correções de desigualdades históricas, simplificada e chamadas ações afirmativas, como medidas liberais reformistas, em ambiência de barbárie, são válidas, minimizam algumas exclusões, permitem algumas inclusões.

3. Mas o “onguiamento” do feminismo, ou seja, a institucionalização do feminismo em ONGs, por exemplo, e o lidar com gênero por medidas de posições, tendo o homem como parâmetro e o jogo das diferenças entre os sexos, não esgotam a promessa maior do feminismo, ou de correntes do feminismo: ser uma postura, uma prática de crítica aos poderes, até mesmo ao feminismo como conhecimento-poder. Engendramento sugere trânsito, desafio, questionamento, reinvenção da mulher, o ser feminino no humano, ao entrelaçar-se com outras linguagens e outros sistemas de negação de opressões, e sistemas de afirmação de modos singulares de ser.

Tais premissas mesclam-se a inquietações sobre significados hoje da institucionalização do feminismo, e do discurso sobre mulher e gênero. De repente, de contrapoder, gênero e feminismo passam a “queridas” do poder, tópicos de discursos oficiais, de regimes e de estadistas, que se pautam pelo autoritarismo e pela perversidade social no plano das condições de vida dos pobres e da classe trabalhadora. Não é fácil estar em alerta crítico com tal

ambigüidade e metamorfoses conceituais nos discursos — nas quais todos falam de direitos humanos e de participação, por exemplo —, e acatar como importante, como deve ser, a legitimação retórica sobre os direitos das mulheres, programas e leis pontuais que beneficiam, em algumas dimensões, mulheres; e, por outro lado, intuir que com o desemprego, com a deterioração das condições de vida das mulheres pobres, o ataque contra as formas de organização dos trabalhadores, como os sindicatos, propicia o governo neoliberal — o mesmo que assina com uma mão um programa de direitos humanos (Presidência da República, 1996), de acordo com os parâmetros modernos das agências e a opinião pública internacionais —, o aumento de violências várias, até mesmo a violência doméstica, cerceia condições para que se engendrem relações de respeito às diferenças, uma sexualidade gostosa e criativa, subjetividades singularizadas no prazer, ou seja, sujeitos reivindicados por um feminismo libertário.

O discurso que advoga em favor da cidadania e da representação da sociedade civil — destacando-se o papel de ONGs — veio no rastro de reivindicação antiga de movimentos sociais da década de 1960, dos “anos de chumbo”, contra as ditaduras na América Latina, onde se reivindicava participação popular nos grupos de pressão contra o Estado opressor. Hoje, o debate sobre cidadania, sobre o ter direitos, em ótica liberal, continua válido, mas em tempos de ataques neoliberais ao Estado de bem-estar social, de substituição de políticas públicas por parcerias e por programas circunstanciais, pode implicar em reificações sobre o que seria “sociedade civil” e identidade coletiva popular, em contexto de privatização do Estado. Souza Santos (1996) assim expressa os riscos no jogo entre sociedade civil e Estado, em ambiência neoliberal:

A devastação neoliberal criou uma classe política venal, que privatizou o Estado ao privatizar a economia e ao fazê-lo, reduziu a sociedade civil ao mercado e os cidadãos a consumidores ou indigentes. Assim desfigurada, a sociedade civil, longe de ser o oposto do Estado, é o espelho do Estado. Por isso, a reconstrução do espaço público estatal não é possível sem a reconstrução do espaço público não-estatal.

Globalização e respostas engendradas

O feminismo há muito move-se em ambientes globalizados, no sentido de en-des-encaixes de tempos e espaços (Giddens, 1990), enredando-se, comunicando-se, circulando entre idéias que fluem em especial dos Estados Unidos e da Europa, mas também gestando-se, desde os anos 70, na

América Latina, por experiências militantes e por escritos voltados ao fazer-se e ao viver do sujeito feminista como classe, como raça e como etnia. Tudo isso muito antes da virtualidade do cyber-espço.

Contudo, deixo, a título de provocação, a hipótese de que viria se legitimando, ou, pelo menos, assumindo mais visibilidade social, a partir do final dos anos 80, pela ação feminista na América Latina, seduzida pela razão pragmática, mais na postura de resgate de identidades em si que na aposta em “des-identidades”, ou seja na busca de outras identidades ou modelagens por utopias emancipatórias, até mesmo no plano existencial da subversão dos costumes e das relações sociais, das competições — estamos cada vez mais “machos” umas com as outras, em especial quando se trata de competir por fundos de agências internacionais, *status* acadêmico ou mesmo aparecer.

Questionava-se, nos anos 70, o perigo da prioridade do debate de classe, o que minaria a essencialidade do feminismo, jogos na individualização. Parece que hoje se não ameaça, nem se investe em projetos de classe. Estaríamos perdendo a leveza transgressora do lúdico, o errático do erótico, no trânsito do contrapoder para um poder-sem-poder, uma representação no discurso oficial. E tal domesticação não viria sendo imposta por nenhum poder patriarcal, ou além da nossa — de algumas — cumplicidades.

Há de se reconhecer que o feminismo agenciado por ONGs, assim como o feminismo de *blazer* — que, em alguns casos, colapsa com o das ONGs —, o institucionalizado, o aplanaltado ou “pouco ondulado” — segundo definição do Aurélio para “planalto” —, o acolhido na ambiência das Nações Unidas, o adotado por agências internacionais e por governos mais díspares quanto a práticas autoritárias e exclusivistas, têm o mérito, mesmo que muitas vezes limitado, ao plano da prática discursiva, da advocacia contra necessidades várias e contra violências a constituintes do ser humano no feminino, na circulação por reivindicações de igualdade e de diferença.

Por outro lado, a institucionalização de agências pautadas por uma dinâmica espontaneísta, flexível e democrática, com lugar para a participação das “bases” e orientadas por técnicas de ação direta, como os movimentos sociais, não resulta, necessariamente, na constituição de um “terceiro estado”, em um poder da representação popular. As ONGs podem constituir-se em um tipo de poder, dependente de fundos de agências internacionais, tendentes à rigidez institucional e a práticas de competição. As ONGs, como qualquer instituição, são vulneráveis a todos os vícios de burocracia e de uso instrumental do poder para fins privados. Repito que refletir sobre riscos de agências, com o formato de ONGs, não implica na negação de sua

importância, por outro lado, sem referências, demonstrações empíricas, caso por caso, simplificações são feitas, e há ONGs e ONGs.

Mas além das ONGs, onde os movimentos sociais, as tribos podem ser embalados por utopias libertárias? O feminismo dos direitos, das representação da cidadania no espaço da sociedade civil é importante, só que é uma agência “do” e não “o” feminismo.

“O feminismo socialista: o núcleo do sonho”, a que se referia Marcuse (1975), exaltando a subversão da ética produtivista de mercado, em favor de uma sensualidade desrepressiva, orientada ao prazer seria hoje referência nostálgica das “crianças das flores” — *flower's children* — estamos perdendo o pão e o circo.

As atividades preparatórias para a elaboração das Plataformas de Ação das Conferências Internacionais do ciclo 80-90 das Nações Unidas, em especial a de Beijing, em 1995, propiciou alianças, debates, encontros internacionais, agitação local, no plano dos movimentos sociais por quase todo o Globo. Para a discussão de uma agenda internacional, escrutinou-se o local, analisando-se experiências específicas em bairros, sindicatos, realizadas por organizações de mulheres negras, jovens e aglutinadas por outras identidades.

Contudo, mesmo fixando-se em políticas públicas, ainda que seja prematuro retraçar o cenário após um ano de Beijing, a suspeita é de que são raras as ações comuns, transnacionalizadas, de movimentos sociais e ONGs contra violências globalizadas, por exemplo, ações orientadas a limitar a ação das multinacionais na exploração do trabalho das mulheres, a trabalhar por um programa conjunto de proteção às mulheres (i)migrantes e (e)migrantes, e a questionar governos sobre os efeitos das políticas neoliberais no cotidiano de mulheres. Algumas heróicas, ONGs comunicam-se pelo mundo para coibir o tráfico de mulheres, a prostituição mediatizada pelo turismo, mas a legitimidade de uma cultura de cidadania referida à humanidade, e nessa, à mulher, ao negro, ao *gay*, à lésbica; uma cultura desencaixada no espaço global é ainda um princípio vago, de baixo investimento público, quer estatal, quer pela sociedade civil.

Ademais, a tônica das ações por políticas públicas no espaço do Estado nação é mera plataforma de ação dos documentos da ONU, como *vademecum* quando da elaboração de textos oficiais, continua na advocacia setorial, particularizada, na legitimidade discursiva, nos protocolos por diretos.

Desde um lugar específico, o movimento de mulheres sindicalistas em Salvador, meu pouso de aterrissagem, evidencia os nexos entre momento

da economia globalizada e realização de micropolítica cultural, e vem sugerindo efeitos devastadores na afirmação de uma contracultura feminista e classista que tentara juntar linguagem erótico-estético-ética e crítica de classe, contra os padrões.

Em janeiro de 1993, após cinco anos de pesquisa e estreita colaboração com o Departamento para Assuntos da Mulher do Sindicato dos Bancários, registrava em outro escrito (Castro, 1995) a recorrência das mulheres sindicalistas ao teatro para introdução de debates sobre sexualidade, amor, sensibilidade masculina e violência doméstica. As piqueteiras do sindicato desenvolviam também oficinas do corpo e questionavam com os diretores homens, divisões sexuais de poder e formas de relações sociais, em gênero, em diversos espaços. Discutiam a causa dos homens sindicalistas serem “capa” e as mulheres, “massa”, refletindo não somente sobre a hierarquia entre piqueteiras e palanqueiros, mas investindo em linguagens variadas, como a performática em protestos diversos. No sindicato, realizou-se o casamento de três casais de homossexuais, em 1993, com a colaboração de uma entidade local do movimento *gay* e foram realizadas oficinas sobre homofobia na classe operária. Os departamentos de Cultura e de Assuntos da Mulher editavam um jornal — *Mulher em Movimento* —, no qual se misturava humor, ironia e crítica à política ao Estado, veiculava-se serviços contra o assédio sexual e as discriminações nos bancos. As sindicalistas organizavam um bloco de carnaval muito concorrido, conhecido na cidade pelas alegorias em que se combinava a crítica à história social e a crítica de costumes. Eram leves, coloridas e incomodavam poderes. No final de 1993, o sindicato foi invadido e as alegorias do bloco destruídas pela polícia, “a mando do Malvadeza” — senador Antônio Carlos Magalhães —, segundo o diretor do Sindicato. Em uma greve, na passeata dos descamisados, a irreverência debochada das mulheres, tirando a blusa, contribuiu para romper o silêncio da imprensa sobre a mobilização da classe em uma greve que já durava mais de 15 dias, sem notícias. O anfiteatro do sindicato, foi rebatizado, em 1991, com o nome de Raul Seixas. A “Internacional” se traduzia em “Viva a sociedade alternativa”. “O PCdoB desbunda!”, comentavam adversários políticos — a direção do sindicato é do PCdoB — Partido Comunista do Brasil. Nas passeatas anti-Collor, tambores acompanhavam os gritos das mulheres: “amor, tesão, feijão, o povo quer comer”.

Em menos de dois anos, a base sindical dos bancários em Salvador foi reduzida, estima-se, em quase 40%. Hoje, todas as militantes ativas nos departamentos da Mulher e da Cultura, que não saíram por desemprego, estão efetivamente em outros departamentos, na mobilização de resistência

aos efeitos da reestruturação do setor financeiro, o desemprego, a fragilidade dos trabalhadores nas relações capital - Estado - trabalho. As atividades culturais estão limitadas à armação de um jogo de futebol em fins de semana em que não se esteja discutindo a reposição zero, os programas de incentivo à demissão, ou mobilizações localizadas. Nos últimos dois anos, a única atividade não voltada para a sobrevivência econômico-salarial, é o programa em saúde sobre lesões de esforços repetitivos — LER —, por seu caráter “quase epidêmico” entre os bancários, segundo Rebecca Serravalle, da atual diretoria.

Não tem sido por imposição de um “poder masculino”, “patriarcal”, insisto, que em alguns sindicatos, no Brasil, estaria ocorrendo sinais de retrocesso quanto aos espaços conquistados para o debate e a legitimação de práticas de gênero, o que não implica também em uma leitura que negue a vigência e a reprodução de práticas machistas em ambientes tipo sindicatos e partidos. Insisto na necessidade de lidar com cultura e economia política de forma entrelaçada, sem reduzir uma à outra.

Na economia globalizada, se o capital se volatiliza, se a dívida externa é imposta, se o Consenso de Washington é traduzido por governos na América Latina em políticas neoliberais, seus efeitos, como os das oscilações das bolsas de valores, da fuga de capitais e da sangria de reservas de capital no Estado nação, corporificam-se no preço da tortilha e do acarajé, do gás de cozinha, ou no desemprego, nos nossos corpos e prazeres.

Feminismo classista, gênero, políticas públicas e trabalho em contexto neoliberal

Outro rumo toma este texto, nesta seção, ancorando-se na urgência do imediato, assumindo um feminismo a esquerda.

Um desafio antigo para as esquerdas é a conjugação do trabalho em nível de projeto, perspectiva de transformação, e aquele em nível de ato, do imediato, de intervenção sobre as condições de vida dos trabalhadores, além do campo das denúncias e des-construções de discursos não plantados em práticas. Conjugação o investimento em políticas públicas que tenham acento de gênero com aquelas universais, de defesa dos direitos e condições de vida dos trabalhadores, é parte de um feminismo classista, não “umbigoizado”.

Independente do lugar de atuação e da perspectiva, advogo a urgência de que os organismos de representação dos direitos das mulheres trabalhadoras no Brasil engajem-se a redes internacionais de movimentos sociais de trabalhadores, por campanhas internacionais de denúncias, como a que

recentemente lançou a CUT para o cumprimento da Convenção da OIT anti-racismo, mas, também, para pressionar organismos das Nações Unidas, como a OIT, pela revisão de leis internacionais, ou em favor da criação dessas, sobre a ação de multinacionais que mais enfraquecem as mulheres trabalhadoras.

Por outro lado, se gênero não é reduzido à coisa de mulher, mas é um olhar relacional por uma postura ética, cabe, em perspectiva emancipadora, situar-se, tomar partido sobre a tendência à marginalização do Estado de bem-estar social, sobre o crescimento do poder das multinacionais em plano de globalização da economia e sobre o enfraquecimento do poder de barganha do trabalhador, quer seja homem, quer seja mulher, diante das transformações do mundo do trabalho e do fantasma da ópera — o desemprego — que cada vez mais é menos fantasma e mais real.

Em que pese as limitações, se o enfoque é estrutural por mudanças radicais, há que assumir a importância para as mulheres de conferências como a do Cairo — sobre população — e a de Beijing — sobre mulher —, e a necessidade de acompanhar o cumprimento tanto das convenções assinadas pelo governo brasileiro, como das plataformas de ação das conferências. As plataformas de ação das conferências do Cairo e de Beijing correm o risco de implementação somente em suas dimensões instrumentais, isto é, no plano institucional, com a criação de comissões e de unidades na maquinaria do sistema estatal para assuntos da mulher; ou, no plano de declaração de intenções, ou seja, a assinatura dos protocolos firmados em 8 de março de 1996 sobre saúde, trabalho, educação, violência doméstica, com os respectivos ministérios e, em nível de Estados, na esfera das leis, da delimitação de medidas formais, como as cotas para candidatas mulheres. Todas medidas válidas, mas necessitam programas específicos e principalmente advocacia e sistema de prestação de conta — *advocacy e accountability*.

Há que cuidar para as apropriações pelo governo dos textos das conferências internacionais, sem efetiva realização do dito, considerando sua preocupação com a opinião pública internacional e o fato de ser um governo que globalizou-se sem necessariamente localizar-se.

Transparência quanto à divulgação de políticas setoriais, sistemas de consultas prévias com as entidades civis, movimentos sociais e representações multicoloridas, ou seja sem vozes hegemônicas quanto a partidos políticos, por exemplo, são mecanismos básicos para que se crie de fato uma cultura política de *ombudswoman* ou monitorização cidadã pelas mulheres dos programas governamentais. Esses são alguns dos mecanismos necessá-

rios para que, de fato, as plataformas de ação não tenham o mesmo destino de grande parte dos documentos das Nações Unidas, museus empapelados da retórica das boas intenções.

Ao considerar o norte neoliberal dos tempos atuais, trabalho com a tese de que com a ofensiva neoliberal, as mulheres não só são afetadas como todos os trabalhadores o são em sua vida cotidiana, mas, também de forma singular, tanto por seu papel na produção de bens e de homens e mulheres, como pela modelagem ideológica, ou seja, em termos de sistema de gênero — ou construção política, econômica e cultural das relações e do que é ser mulher. Reconhece-se que, com a ampliação da terceirização, com a maior ênfase na qualificação educacional para o aumento da produtividade, e com a flexibilização das formas de organização do trabalho, conjugando-se até mesmo a produção domiciliar à produção industrial, volta a ter sentido o debate proposto por feministas nos anos 70 sobre o trânsito entre o privado e o público, as vantagens do assalariamento para o questionamento do doméstico. E agora, que o lugar de assalariamento é o doméstico?

O ataque ao sindicalismo classista seria facilitado também, em contexto de neoliberalismo, pelas transformações do mundo do trabalho, a ênfase na modernização, eficiência e emprego de técnicas de gestão — toyotismo — do trabalho que cultiva o individualismo. Ora, no caso da mulher, tal paradigma tem efeitos peculiares. Muitas mulheres trabalhadoras em indústrias modernas sentem-se valorizadas pela “atenção à sua capacidade produtiva”, o que é contrastado com a comum desvalorização de seu outro trabalho, o doméstico, não remunerado.

A seguir, listo alguns *constructos* relevantes hoje para uma perspectiva de engendramento das relações sociais, ou seja, a questão do Estado, dos movimentos sociais, do poder e do trabalho:

- A crítica ao *Estado* das oligarquias, sim, a defesa da transformação do Estado, mas não a privatização sem critérios de cunho social, em particular a defesa das áreas de educação e de saúde, e nessas por uma educação não sexista e racista ou reprodutora de estereótipos que sustentem tais sistemas de intolerância. Por outro lado, ao considerar a flexibilidade do mundo do trabalho, a diversidade e a heterogeneidade ou a polivalência dos lugares de produção, tem lugar a insistência da defesa da educação universal, como também a educação que leva em consideração as mudanças tecnológicas e a informática.
- Apoio aos *movimentos sociais*, em um modelo por um Estado de bem-estar, além do papel de grupo de pressão, como constituintes da sociedade civil, mas não em termos de poder em paralelo, substituindo o Estado, ou

por institucionalização de modelagem empresarial no plano não da atuação por/com mulheres mas por representação auto nomeada.

- Quanto ao *trabalho*, ao considerar tanto as transformações do mundo do trabalho, dentro da esfera de modernização da economia, e a globalização, como a persistência das formas tradicionais, mercado informal, há de se insistir nas leis internacionais de regulação dos negócios de transnacionais, em especial na relação capital e trabalho; no treinamento não sexista e especializado para as mulheres; nas leis e nos programas de vigilância quanto às condições de trabalho e níveis de remuneração, discriminações salariais e ocupacionais, ocupação de chefias; no respeito social ao trabalho doméstico; na consideração da residência como lugar de trabalho no caso de ocupações exercidas no plano domiciliar.

Nos sindicatos, faz-se necessário mais investimento sobre as transformações do mundo do trabalho e sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores, tanto em relação ao desemprego como em relação à exploração, cabendo propostas concretas por parte do movimento de mulheres sobre cursos e leis de disciplina das relações capital e trabalho.

Quanto ao poder, reconhecido como tecnologia com repercussões sobre as condições e a oferta de trabalho para as mulheres, haveria de se avançar além do princípio de cotas e insistir na democratização do poder e conformação de mecanismos de apropriação do poder pelas mulheres, em especial de movimentos sociais, questionando mesmo as desigualdades por conta de classe e de raça que tornam seletiva a entrada e o exercício do poder. Como se deu a competição entre mulheres e entre homens e mulheres, candidatas, na última eleição? Em que medida a dependência de recursos financeiros e outros não impediu que candidatas progressistas divulgassem suas campanhas baseadas em programas, idéias e posições, mas tivessem de apelar, quando dispunham de recursos financeiros, para as práticas tradicionais e viciadas de campanhas eleitorais?

Por outro lado, há de se insistir em formas de prestação de conta a fim de que não se naturalize o poder, isto é, mulheres representando mulheres por serem mulheres e não pela perspectiva de gênero que apresentam e praticam.

Um investimento no poder por iguais, pelo corte de classe, por exemplo, leva à tese de fortalecimento de redes e da solidariedade internacional e dos movimentos sociais, estabelecendo nexos entre o global e o local e também entre a crítica às formas de atuação de organizações de representação das trabalhadoras e dos trabalhadores, como os partidos e os sindicatos, quer em suas rotinas quanto a relações homens e mulheres, democracia interna,

quer sua modernização quanto a constituintes. A volta à noção de classe possível, como aquela que vive do trabalho, passa pelos que vivem sem o trabalho remunerado ou formal, como passa por todos que vivem em relação de subalternidade política, econômica e cultural, como, por exemplo, os negros e os *gays*. O resgate do conceito de cidadania pela esquerda ainda é tímido — cf., sobre cidadania e sindicalismo, Castro, 94, 95 e 96). Como bem observa Souza Santos (1995):

Apesar de sua morte muitas vezes anunciada, os sindicatos estão a regressar. Mas seu regresso só tem futuro se eles souberem ser os sindicatos do futuro. Isto é, se souberem defender igualmente os trabalhadores e os desempregados, os trabalhadores formais e informais, os homens e as mulheres, os brancos e os negros e os mestiços. Em suma, se souberem estar na vanguarda da cidadania, sem serem a vanguarda da cidadania.

Engendrando poderes, entre feminismos: Reflexões à margem esquerda ou marginalizadas

Ratifico a observação de que um desafio ao conhecimento feminista contemporâneo é a ambiência de ambigüidade de sua legitimação, ou seja, o mover-se entre a identidade de contrapoder e um poder relativo em si. Pondero, sobre a importância epistemológica de distinguir conhecimentos e práticas que têm como referência a mulher, perspectivas de gênero e posturas feministas, defendendo que o caráter de movimento social do feminismo coloca questões ao movimento de formato “onguista” — de ênfase em ONGs —, ou à tendência à institucionalização do lidar com gênero, discriminações e direitos da mulher, o que não implica em assumir postura contra as ONGs, como experiência importante de lugar de fala-ação de grupos na sociedade civil.

O feminismo nos anos 70 foi severo em suas críticas a esquerda, contribuindo de maneira positiva para reavaliações por parte de tal bloco do pensamento e da prática política, mas em sua versão institucionalizada vem sendo demasiadamente branda com a direita, com o neoconservadorismo e com as políticas neoliberais.

Por outro lado, a busca por recursos financeiros das ONGs junto a agências internacionais, indiretamente, colabora no silêncio de muitas dessas e com o conhecimento feminista acadêmico — que, assim, renuncia ao seu poder de conhecimento crítico, sobre o *modus operandi* e sobre os parâmetros de algumas agências internacionais, sobre a pré-codificação de “pers-

pectiva de gênero”, capaz de eleger áreas prioritárias, até mesmo por codificações universais — poder = posição de mando em hierarquias institucionalizadas —, ou de estimular representações que podem tolher auto-apresentações heterogêneas, homogeneizando vozes ou departamentalizando diferenças.

Também pondero que a ênfase na diversidade de mulheres é considerada uma marca contemporânea do feminismo e de perspectivas de gênero, importante, mas que pode incorrer em perda de princípios básicos, como a solidariedade e o reconhecimento de desigualdades de poder entre mulheres.

No plano da análise sobre o conceito de divisão sexual do poder, advogo que há reificações no uso do conceito e que, em grande medida, o tratamento pragmático — visando programas de ação, e itens da plataforma de ação da IV Conferência — vem enfatizando o aspecto das cotas, certamente válido, mas reducionista, pois não considera o poder como processo, nem a dialética entre inclusão e exclusão, assim como os limites ao exercício do poder no jogo de macro e micro políticas. Por exemplo, sem debater ordenações transnacionais, globalização da economia política e da cultura, que poder e poder para quem estamos falando?

Se os nortes já não são fixos e as perspectivas para o socialismo já não se orientam por “territórios mapeados”, ficar somente no plano de resistência, de negação e de indignação com as perversidades neoliberais ou com a redução da agenda feminista aos horizontes de direitos, quer por igualdade e diferença, por mais terríveis que sejam as carências e exclusões visíveis, despotencializa um movimento social que se originou da ousadia libertária, contra cânones, reivindicando a materialização no imediato de utopias, o investimento em des-identificações. Quando o feminismo instrumental, institucionalizado, norteado por direitos, passa de um feminismo para ser o feminismo, cortam-se sonhos, investimentos em utopias, na ousadia do estranhar-se.

Por outro lado, o paradoxo é que se hoje se produz muito mais em escritos sobre liberdade, subjetividade e tecnologias da sexualidade, o império das necessidades em exclusões, apoiado em violências objetivas, na economia política globalizada, limita materializações criativas de experiências erótico-estético-éticas, despotencializando micropolíticas des-identificadoras. Será que nós, feministas, estaríamos tornando-nos o que Souza Santos (1994: 84) refere-se como prisioneiros da mega-armadilha que a modernidade preparou: a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias [?].

Notas

1. Este texto, em sua primeira versão, foi apresentado no IV Congresso da União Brasileira de Mulheres, em São Paulo, 24, 25 de maio de 1996, Mesa: "Relações de gênero e a perspectiva do movimento emancipacionista".

Abstract. This essay develops a critique of some contemporary issues of feminism in Latin America, pointing to the need for feminism to recapture the inbred relations of class and race, considering the diversity among women, and not just a liberal concern with women's rights and their place in the power/State system. The author warns against neo liberal influence on feminist thinking and current emphasis on individualization of fixed identities. It is recognized that the institutionalization of feminism through the non governmental organization-NGO-model contributed to empower feminism as an agency in the scenario of decision making process, with a voice in national and international spheres. On the other hand, if the service and advocational arenas are today better represented by professional feminists, the critique and investments on identifications or open avenues so proper of a libertarian social movement have been put aside.

Résumé. L'essai développe une réflexion sur les questions contemporaines du féminisme latino-américain: son institutionnalisation, l'emphase dans l'occupation d'espaces de pouvoir formel dans le système de décisions du gouvernement et l'ajustement libéral par rapport aux droits spécifiques. On considère ces sujets pertinents, ainsi que l'accroissement du modèle d'organisations non-gouvernementales pour les droits des femmes. L'essai fait la critique du féminisme qui se limite à de telles orientations, oubliant son origine libertaire, en tant que mouvement social de pression et critique sociale, prônant des nouveaux rapports et façons d'être homme et femme. Il critique aussi l'essentialisme et la dépendance des orientations des agences financières internationales, ainsi que les accords et l'adhésion a-critique aux orientations néolibérales qui mettent l'accent sur le fait d'être au pouvoir, sans réfléchir sur l'état de la société de classes dans le continent et la terrible situation matérielle de beaucoup de femmes et d'hommes.

Referências bibliográficas

- BIANCO, Bela Feldman & CASTRO, Mary, (1997) *Estado, identidade e globalização*. Lisboa: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no prelo.
- BOBBIO, Norberto, (1995) *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. Unesp.
- BUTTLER, Judith, (1993) *Bodies that matter. On the discursive limits of "sex"*. Nova York: Routledge.
- CELAYA, Gabriel, (1977) *El hilo rojo*. Madri.
- CASTRO, Mary Garcia, (1996) "Raça, gênero e sindicato em tempos de globalização", *Caderno do CEAS*. Salvador.
- . (1995) "Gênero e poder no espaço sindical", *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 1.
- . (1995b) "Mulher negra, resistência e cidadania: E o lugar da mulata", *Presença da Mulher*, Ano VII, n. 28, novembro.
- . (1993) "Alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos. Gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas em Salvador-Bahia", *Revista de Estudos Feministas*, n. 0.
- EAGLETON, Terry, (1990) *The ideology of the aesthetic*. Oxford: Blackwell.
- GIDDENS, Anthony, (1990) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Ed. Unesp.
- GUATTARI, Felix, (1990) *As três ecologias*. São Paulo: Papirus.
- HEILBRONER, Robert, (1993) *O capitalismo do século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LAURETIS, Teresa de, (1994) "A tecnologia do gênero", in BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.), *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

- LUZ, Marco Aurélio, (1993) *Do tronco ao Opá Exin. Memória e dinâmica da tradição africana-brasileira*. Salvador: SECNEB.
- MARCUSE, Herbert, (1974) "Socialismo feminista: El núcleo del sueño", in SONTAG, ORTNER, ZIMBALIST, KRISTEVA, MARCUSE, GORDON, HOFSTEN, *El feminismo: Nuevos conceptos*. Medellín: Hombre Nuevo
- Presidência da República, (1996) Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de, (1996) "Depois do dilúvio neoliberal", in *O Estado de S. Paulo*, 30.9.
- . (1994) *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.